



**FACULDADE AGES DE JACOBINA  
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES QUE NÃO  
QUEREM SER MÃES: A OPRESSÃO À MATERNIDADE**

**BARBARA LAVINIE SILVA DE MELO  
MIKELLE HANNA SILVA RIOS SANTOS**

Jacobina-BA  
2023

BARBARA LAVINIE SILVA DE MELO  
MIKELLE HANNA SILVA RIOS SANTOS

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES QUE NÃO  
QUEREM SER MÃES: A OPRESSÃO A MATERNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade AGES de Jacobina como requisito básico para a conclusão do Curso de Psicologia.

Orientador (a): Msc. Railma Valéria Dantas Pereira

Jacobina – BA

2023

**FACULDADE AGES**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

BARBARA LAVINIE SILVA DE MELO  
MIKELLE HANNA SILVA RIOS SANTOS

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES QUE NÃO  
QUEREM SER MÃES: A OPRESSÃO A MATERNIDADE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, pela Faculdade AGES de Jacobina.

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora**

---

Msc. Railma Valéria Dantas Pereira

---

Esp. Laísa Aquino Martins

---

Esp. Barbara Tínel Cruz

## AGRADECIMENTOS

### **Mikelle Hanna Silva Rios Santos:**

Este trabalho significa muito para mim, através dele pude enxergar com gratidão todos os avanços significativos que tive no meu processo de formação, me permitiram chegar até aqui e realizar essa etapa tão importante. No meu ponto de vista falar sobre mulheres é motivador e se tratando de uma quebra de tabu se torna ainda melhor. Nós precisamos falar sobre os aspectos socioculturais que nos atravessam e dar cada vez mais voz à luta feminina. Gostaria de agradecer à minha mãe Elenilda e ao meu pai Milton por todo suporte, confiança, amor e carinho, por sempre terem investido nos meus estudos com o argumento de que eu tenho potencial, obrigada por isso, eu amo vocês. Ao meu namorado Gabriel, que está comigo há anos, presenciou centenas de momentos de angústia e jamais me deixou desistir desse sonho. À minha irmã Milena, que abriu as portas sendo a primeira da família a ter formação em ensino superior, foi muito ativa na minha criação e sempre me incentivou a estudar e a escrever, obrigada por todo cuidado e amor, eu sempre serei grata a você por tudo. À Patrícia, Maria e Brena por serem minhas amigas queridas que me apoiam sempre no que preciso. À Bárbara por compartilhar a vida acadêmica comigo durante cinco anos e pela nossa amizade que reflete o amor e respeito que temos uma pela outra. À Jessica, Camilla, Júlia, Aline, Thiago, Carlos, Sávio e Iago por compartilharem essa jornada e tornarem mais leve, amo vocês. À Railma por ser a melhor orientadora, é uma honra ser sua orientanda e poder falar que você foi minha professora, eu te admiro muito, obrigada por ser minha referência dentro da Psicologia e da psicanálise. À banca pela disponibilidade, potência e contribuição com nosso trabalho. Por fim, agradeço a Deus, à minha família e às pessoas que contribuíram para a realização desse sonho.

### **Barbara Lavinie Silva de Melo:**

Falar sobre gênero no meu trabalho de conclusão de curso sempre foi um desejo, chegar nesta reta final e entregar essa construção sobre um tema tão importante e atual é extremamente gratificante. Através deste artigo pude expor a importância da ciência da psicologia vista ao longo desses cinco anos de estudos, a fim de contribuir significativamente para a minha construção pessoal e profissional. Gostaria de agradecer aos meus pais Carlos Tadeu e Rita Oliveira pelo amor, cuidado e investimento na minha educação ao longo dos anos, sempre me incentivando e acreditando na minha trajetória no curso de Psicologia. A minha irmã Tereza Cristina pela amizade e amor incondicional, ao meu cunhado Rodrigo Sapucaia pela amizade, e ao meu afilhado José Carlos, luz da minha vida, pelos sorrisos de todos os dias. Ao meu

namorado Iago Pedroza pelo companheirismo e amizade durante todos os momentos de dificuldade ao longo do curso e da vida, à você todo o meu amor. As minhas amigas de longa data, Larissa Dias, Dâmela Oliveira, Sara Reis e Paloma Rabech pela lealdade e carinho. A minha querida amiga/irmã Mikelle Hanna, pela amizade construída através do curso de Psicologia, superando obstáculos e nos mantendo juntas e firmes no nosso propósito acadêmico com muito amor e respeito. Aos meus tios e tias, principalmente Sueli Baltar, Fabiano Macêdo e Maria Oliveira, a minha madrinha Josenilza Silva e avós que sempre acreditaram no meu potencial. Agradeço a banca composta pelas psicólogas Bárbara Tínel e Laísa Martins, em destaque a orientadora acadêmica Railma Dantas por todos os ensinamentos ao longo do curso, sendo referência na prática, constantemente enfatizando a importância da ética e da ciência da psicologia. Por fim, agradeço a Deus e a todos os familiares e amigos por todo afeto e torcida durante essa caminhada.

# **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES QUE NÃO QUEREM SER MÃES: A OPRESSÃO À MATERNIDADE**

Barbara Lavinie Silva de Melo  
Mikelle Hanna Silva Rios Santos  
Railma Valéria Dantas Pereira

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar os impactos biopsicossociais da violência psicológica em mulheres e sua relação com a escolha da não maternidade, abordando a violência psicológica e a sua relação com a violência de gênero, investigando como a maternidade compulsória afeta a saúde psicológica da mulher e identificando como a violência psicológica afeta as mulheres que decidem não ter filhos. Para isso foi utilizado o método de revisão bibliográfica da literatura, que consiste em uma busca de um determinado objeto de conhecimento através da análise de todo material pertinente ao desenvolvimento do artigo. Desta forma, teve como finalidade evidenciar a manifestação da violência psicológica em mulheres que não anseiam pela maternidade e as problemáticas psicossociais que perpetuam essa abordagem. Os artigos estudados foram delimitados de 2018 a 2023.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Violência psicológica. Maternidade. Patriarcado. Não-maternidade.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the biopsychosocial impacts of psychological violence on women and its relationship with the choice of not motherhood, discuss psychological violence and its relationship with gender violence, investigate how compulsory motherhood affects women's psychological health and identify how psychological violence affects women who decide not to have children. For this purpose, the bibliographic literature review method will be used, which consists of a search for a specific object of knowledge through the analysis of all material relevant to the development of the project. In this way, it will aim to highlight the manifestation of psychological violence in women who do not look forward to motherhood and the psychosocial problems that perpetuate this approach. The articles studied will date from 2018 to 2023, and for the research, the following **keywords** will be used: gender violence, psychological violence, maternity, patriarchy and non-maternity. Summaries will be read and materials (articles, books) that contain these words and correspond to the object of study will be included.

**Keywords:** Gender violence. Psychological violence. Maternity. Patriarchy. Non-maternity.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>9</b>
<b>Papéis de gênero e maternidade compulsória.....</b>	<b>9</b>
<b>Métodos contraceptivos.....</b>	<b>14</b>
<b>Aborto.....</b>	<b>15</b>
<b>Contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência contra mulheres que não querem ser mães.....</b>	<b>16</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>17</b>
<b>Referências.....</b>	<b>19</b>

## **Introdução**

A violência contra as mulheres é uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física e mental. São crescentes os números de violências contra as mulheres em seus variados tipos: violência sexual, violência patrimonial, violência física, violência moral e violência psicológica (BRASIL, 2006).

A violência física consiste em qualquer ato que comprometa a saúde ou integridade corporal; a violência sexual é entendida como presenciar, participar ou manter-se em uma relação sexual indesejada, através de coação, ameaça, uso de força ou intimidação para realização do ato ou para utilização/comercialização da sua sexualidade, além de impedir o uso de métodos contraceptivos, forçar ao matrimônio, à gravidez, a prostituição, ao aborto, ou ao violar os direitos reprodutivos e sexuais. A violência moral configura-se a partir de atitudes que demonstrem injúria, difamação e/ou calúnia; a violência patrimonial consiste na violação de itens como: instrumentos de trabalho, bens, objetos, documentos pessoais, valores, direitos ou recursos econômicos (BRASIL, 2006).

Já a violência psicológica, escopo central deste trabalho, consiste em:

causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação (BRASIL, 2021).

Segundo Silva et al. (2018), a naturalização da violência psicológica possibilitou a perpetuação de uma visão distorcida de relacionamento e maternidade, e com isso, essa responsabilidade feminina foi gradativamente transformada em opressão. A manutenção deste panorama sócio-histórico permanece enraizado e influencia diretamente na saúde mental de mulheres que não anseiam o papel materno.

Apesar da discussão advinda dos movimentos feministas sobre os papéis de gênero e da escolha das mulheres sobre seus corpos, ainda é conferida a ideia de completude feminina que se daria apenas através da maternidade. Allegretti (2019) evidencia que, contemporaneamente, a maternidade é vista de forma sagrada e romântica e isso se dá por meio de influências religiosas e da propagação da cultura patriarcal. Dessa forma, criou-se a ideia de

que as mulheres nascem com instinto materno, e portanto, a maternidade seria algo natural da figura feminina e, diferentemente dos homens, o dom de cuidar dos filhos seria algo inato a ela.

As argumentações acerca do processo da maternidade rondam o significado de maternidade e maternagem. A maternagem encontra-se no ato de cuidar, que não é estabelecido unicamente pela mãe biológica, mas por toda rede de apoio familiar, e estabelece sentido principalmente no desejo de cuidar e oferecer afeto. Já a maternidade passa a se designar somente entre uma relação consanguínea entre mãe e filho (FÉLIX; et.al., 2020).

Assim, o problema de pesquisa deste artigo é: quais os impactos biopsicossociais da violência psicológica em mulheres e sua relação com a escolha da não maternidade? Como hipóteses, evidenciam-se as diversas nuances das relações sociais e de gênero, nas quais o feminino é atravessado por uma luta incessante de controle de corpos e da sexualidade como forma de salientar o seu poder de escolha, para além da estrutura familiar sistêmica e tradicional e da maternidade compulsória (FARINHA; COMIN, 2018). Sobressaem-se, também, as inúmeras adversidades socioeconômicas e de violência psicológica que perpassam as relações conjugais e socioemocionais.

A literatura feminista aponta que as mulheres são induzidas a cuidar, a ter um bebê e a realizar afazeres domésticos desde crianças, visto que os brinquedos fabricados para meninas são todos voltados ao cuidado com a casa e com as bonecas (vistas como bebês). A sociedade reforça insistentemente a ideia de que a mulher só será completa quando for mãe, de que descobrirá o amor verdadeiro quando tiver um filho, e que é egoísmo não querer ter um bebê (BRITO, 2021).

Logo, esse artigo se faz relevante pela necessidade de evidenciar a violência psicológica especificamente sobre mulheres que não querem ser mães, e como as mesmas podem ser afetadas por esse tipo de violência. De acordo Tonel et al. (2022), entre 2011 e 2021 foram notificados mais de 3 milhões de casos de violência, sendo 655 mil casos de violência psicológica, o que a levou a ocupar o segundo lugar no ranking e representar 21,3% dos casos. Dentro desses casos, 83,8% das vítimas são mulheres. Ao analisar a faixa etária das mulheres, foi constatado que a violência psicológica é mais cometida contra mulheres de 20 a 39 anos, representando 48% dos números.

## **Metodologia**

Para o desenvolvimento deste artigo, será utilizada a revisão bibliográfica da literatura, que consiste em uma busca de um determinado objeto de conhecimento através da análise de todo material pertinente ao desenvolvimento do artigo (DORSA, 2020). Desta forma, terá como finalidade analisar a manifestação da violência psicológica em mulheres que não anseiam pela maternidade e as problemáticas psicossociais que perpetuam essa abordagem.

Foram totalizados 22 artigos que datam de 2018 a 2023, além de 4 livros que datam respectivamente 2003, 2013, 2014 e 2015, além de 2 projetos de lei federais e 1 cartilha do Conselho Federal de Psicologia. Para a pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: violência de gênero, violência psicológica, maternidade, patriarcado e não-maternidade. Foram lidos e inclusos os materiais (artigos, livros) que continham essas palavras e corresponderam ao objeto de estudo, e excluídos os materiais que não contemplarem a temática abordada. Após a leitura e análise dos artigos, foi elaborada a revisão.

## **Papéis de gênero e maternidade compulsória**

As discussões sobre os papéis de gênero são amplas, no entanto, podem se associar erroneamente ao conceito de sexo, quando reduzida apenas a diferenciação biológica, desassociando a sua importância em diversos aspectos. No entanto, para que se compreenda em sua totalidade, se faz necessária a associação de múltiplos aspectos que compõem as interseccionalidades, como raça e classe, por exemplo. Dessa forma, o termo gênero compõe seu significado na diferenciação de ações biopsicossociais e culturais entre homens e mulheres, na qual se define a identidade de um sujeito, considerando ações individuais e coletivas (FERREIRA, 2014).

Para discorrer sobre questões de gênero na contemporaneidade, é necessário desenvolver aspectos históricos e antropológicos que remetem às relações de poder entre homens e mulheres. Tais particularidades remetem à construção da identidade feminina através da força de trabalho em suas classes menos favorecidas em um período que antecede as revoluções industriais e agrícolas, na qual a produtividade feminina era essencial para a subsistência familiar. Além das obrigações domésticas e braçais, para que desenvolvesse suas atividades econômicas ativamente era necessário se submeter ao casamento com um membro do comércio local para garantir a sua subsistência socioeconômica. Por outro lado, mesmo que

desempenhasse suas atividades comerciais, esse direito só lhe era concedido através de um vínculo matrimonial, reduzindo a apenas a uma coadjuvante nos negócios (SAFFIOTI, 2013).

Contudo, mulheres de classes sociais abastadas eram totalmente isentas de suas atividades laborais e econômicas. Dessa forma, a felicidade e satisfação feminina eram sintetizadas apenas ao casamento e a procriação, mantendo-a totalmente dependente econômica e emocionalmente do marido, que assumia o posto de protetor e chefe de família. E a ela, restava apenas o comportamento submisso e devoção exigidas pela sociedade patriarcal como dever único e exclusivo da mulher (SAFFIOTI, 2013).

No Brasil, essa identidade foi construída através da cultura europeia advinda dos portugueses ao longo dos anos de colonização. Em meados do século XVII, a representação da casa grande nada mais era do que uma ilustração político-econômica opulente do poder patriarcal atribuído ao detentor dos meios de produção: homem, branco e herdeiro secular no topo de todos os privilégios sociais. Assim, passava a ser o centro da violência e dominação escravocrata aprovada pela religião, nos quais os papéis sociais de gênero eram hierarquicamente estabelecidos, e novamente à mulher sobrava apenas a tarefa de genitora e esposa. Assim se estabelecia o seu papel na estrutura familiar colonial, numa mistura de raças e etnias que agora compunham a família brasileira, limitava-se ao posto de mãe sem ao menos contestar a validação masculina acerca do seu status social (FREYRE, 2003).

A partir desta perspectiva, a identidade feminina passa a ser vista como mera trivialidade, independente de raça e classe social. A mulher (esposa e filhas) era enxergada como patrimônio exclusivo do chefe de família ou dono do engenho que perpetuava o ciclo de violência em diferentes espaços, tipificando cada uma delas ao estabelecer uma relação de dominação. Um ciclo claramente estabelecido e definido em diferentes formatos, partindo da violência psicológica até a violência sexual (RODRIGUES, 2018).

Portanto, percebe-se que as relações contemporâneas foram moldadas através da violência e da perpetuação da imagem da mulher como mercadoria e objeto de manutenção social através de uma perspectiva capitalista e colonial. É importante ressaltar a persistência desta estrutura patriarcal ao longo da história da humanidade, principalmente quando relacionamos a figura da mulher com a maternidade compulsória (GONZAGA; MAYORGA, 2019).

Segundo Saffioti (2015), a violência de gênero foi perpetuada de forma velada através dos séculos, e em uma tentativa desesperada de se manter a moral e os bons costumes, famílias

abastadas e de renome social aproveitavam do privilégio da alta sociedade num pacto de silêncio agonizante em que a soberania masculina da imagem do bom cidadão se perpetua em um *looping* de violência velada. A construção da imagem sócio-histórica do cidadão médio se baseia através da demonização de classes menos favorecidas, de uma herança cultural colonial, na qual a pobreza e a miséria são detentoras de todas as mazelas encontradas na sociedade, excluindo de forma controlada as consequências do ciclo da violência de gênero.

Assim, em meados dos anos 1970 os movimentos feministas brasileiro foram às ruas para protestar sobre os diversos casos de violência doméstica e feminicídios ocorridos durante tantos anos, sendo os autores em sua maioria absolvidos ou simplesmente ignorados, em um sistema em que o machismo determinava a aplicação das leis e justificava crimes de assassinato e violência como legítima defesa da honra. Pouco a pouco foram instalados dispositivos públicos de enfrentamento a violência contra a mulher, mas somente em 2006 foi sancionada a Lei de Nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha (LMP), que passou a ampliar a compreensão dos diversos tipos de violência de gênero, e garantia o direito a proteção e integridade feminina diante da violação de direitos (LISBOA; ZUCCO, 2022).

Os diversos tipos de violência classificados pela LMP (psicológica, moral, física, sexual e patrimonial) podem acontecer de forma combinada ou isolada, na qual a mulher encontra-se invalidada e muitas vezes alheia a própria realidade em vínculo emocional destrutivo. Quando falamos sobre maternidade, é importante destacar a invalidação de mulheres que não querem ser mães através da violência de gênero. Partindo da violência sexual, na qual a integridade física é violada em detrimento de uma imposição de vínculo emocional e maternal, resumindo a identidade da mulher desconsiderando as suas vontades e concepções sociais em relação ao vínculo com o parceiro (LISBOA; ZUCCO, 2022).

A identidade nacional que permeia a ideia do que seria (ou deveria ser) a sociedade brasileira reproduz com veemência o discurso heteronormativo, numa concepção de estrutura familiar tradicional composta pelo homem trabalhador, uma mulher submissa e os filhos obedientes. No entanto, seria esta mesma a realidade vivenciada por milhares de mulheres no país? (GONZAGA; MAYORGA, 2019).

Segundo o IBGE (2010), mulheres sem cônjuge e com filhos chegaram a 6.224.954 em 2000, dado que mudou exponencialmente em 2010 para 8.088.625 em todo o território nacional. Desta forma, as mudanças biopsicossociais influentes nesta configuração familiar induzem a compreensão pela escolha da não maternidade nas mulheres que a preferem.

É normalizado que o homem exponha seu desejo de ter filhos e a mulher tenha a obrigação de gerar os filhos que seu marido quer, mesmo que todo o cuidado e a carga de uma criança sejam para ela, além das mudanças físicas, psicológicas e biológicas que acontecem durante uma gestação. A figura feminina é colocada como um ser passivo nesse processo, na qual o esposo, a família e a sociedade detém a autonomia do seu corpo, impulsionando a maternidade compulsória, pois para eles é inaceitável uma mulher recusar a experiência da maternidade, que é reforçado diariamente através de fenômenos socioculturais como papel indispensável em sua vida (ALLEGRETTI, 2019).

As mudanças da dinâmica familiar estão diretamente relacionadas às transformações sociais do século XX, principalmente no pós-guerra, quando mulheres assumiram postos laborais em diversos espaços. Consequentemente, o maior acesso à instrução e a busca do reconhecimento profissional acarretou a permanência da mulher no mercado de trabalho, a satisfação pessoal e a percepção individual além do seio familiar, proporcionando o surgimento de uma nova dinâmica na perspectiva feminina de reestruturação de papéis (AMORIM, 2019).

Então, mesmo quando está em posição de provedora do lar, a mulher permanece em um estado de subserviência a instituições natalistas como a família, a religião e aos círculos sociais, de se manter em um posto maternal constante, ainda que deseje o contrário. O ser mãe ainda é considerado o objeto ficcional de completude feminina e afirma de forma enfática o desconforto social quando se deseja o oposto (GONZAGA; MAYORGA, 2019).

A cobrança social para mulheres terem filhos é constante, mas se torna mais evidente após seu casamento, no qual é exercido sobre ela a pressão social para que engravide, trazendo em questão muitas vezes o seu processo biológico natural de envelhecimento, a necessidade de ser mãe e de dar continuidade a família, independente se ela quer ou não ser mãe, caracterizando uma tentativa de controle do corpo feminino. Mas quando uma mulher manifesta sua vontade de não ser mãe ela é vista como transgressora da regra que está indo contra sua natureza, devido a crença de que o amor materno é um fenômeno inato das mulheres. Esse julgamento social gera um processo de culpa e invalidação da autonomia e escolha da mulher enquanto sujeito pensante (ALLEGRETTI, 2019).

Toda essa pressão para que as mulheres tenham filhos mesmo sem considerar que é um trabalho não remunerado, que muitas das vezes as mulheres são mães solo e que tem impactos psicológicos, gera um fenômeno chamado de maternidade compulsória. Nela, a mulher perde a autonomia da decisão, já que ela foi induzida a aquilo (BRITO, 2021). Essa pressão psicológica

muitas vezes exerce um papel de ridicularização, chantagem, constrangimento, manipulação e/ou humilhação que são atitudes que se enquadram dentro da violência psicológica, conforme a Lei 14.188/21.

Dessa forma, a violência psicológica ocorre de forma gradativa, escondida em diversos aspectos das relações sociais, e é compreendida por ações que não são de caráter físico, no entanto, podem provocar prejuízos psicológicos (BONAMIGO; et.al., 2022). Este tipo de violência não se resume apenas a uma triste consequência da agressão física e sexual, já que é ocultada através da convivência destrutiva. Logo, o abuso psicológico induz a uma dependência emocional degradante, no qual a vítima se encontra encurralada, à medida que a violência é perpetuada pela esfera familiar (SILVA; ASSUMPÇÃO, 2018).

César et al. (2019) destaca a culpabilização que é gerada através da violência da maternidade compulsória, pois é exigido socialmente que as mulheres sejam mães, esposas e donas de casa e que sejam excelência em todos esses papéis. É imposto que a mulher-mãe seja mãe acima de qualquer outra coisa, mesmo que isso implique em abrir mão de sua subjetividade e do seu eu enquanto sujeito. Já as que não querem ser mães são pressionadas a serem, para seguir o destino que para a sociedade é incontestável na vida de qualquer mulher, o que faz com que se sintam culpadas por não quererem esse “destino”.

Além disso, essa imposição é gerada sobre as mulheres com argumentos de fatores biológicos, quando ela tem a criança e decide deixá-la com o próprio pai por algumas horas, ela é vista como irresponsável, pois o pai não é cobrado para ser pai, mas a mãe é cobrada para ser unicamente mãe. Ou seja, além de ser pressionada para exercer a maternidade, é normalizado que a sobrecarga da criança seja toda da mulher (CÉSAR et al., 2019).

Atualmente com o acesso a métodos contraceptivos e devido a várias conquistas do feminismo, as mulheres possuem mais poder de escolha com relação a maternidade se comparado a antigamente. Entretanto, com a visão da maternidade como identidade e condição feminina, mesmo tendo ciência de que se trata do seu corpo e da sua escolha, a mulher se vê com culpa e indecisão por conta dos preconceitos sociais (MACHADO; PENNA; CALEIRO. 2019).

Em síntese, a maternidade e a escolha pela não maternidade envolve uma conjunção de violências e opressões que geram impactos psicológicos na figura feminina de modo que oprima e/ou faça a mulher se sentir um ser inadequado. O mito do amor materno impõe que todas as mulheres amem seus filhos incondicionalmente de maneira instintiva, sem considerar a

subjetividade e as vivências de cada uma. O amor materno é uma condição, não uma regra ou instinto que possa ser generalizado como se todas as mães fossem seres iguais. Assim, a atribuição de identidade e condição feminina como somente mulher-mãe e família a aprisiona nessa condição de servir e a desvalida enquanto sujeito livre para fazer suas escolhas (BALUTA; MOREIRA., 2019).

### **Métodos contraceptivos**

Desde 1960, os anticoncepcionais hormonais têm se constituído como uma mudança progressiva no planejamento familiar para as mulheres, pois deu voz na escolha acerca da gravidez. O primeiro anticoncepcional oral foi aprovado nos Estados Unidos no dia 18 de agosto de 1960, o Enovid-10, com o princípio ativo norethynodrel. Logo após foi aprovado também no Reino Unido por ser visto como uma revolução para o movimento feminista. A função do anticoncepcional hormonal é impedir o encontro do espermatozoide e o óvulo através do bloqueio da secreção produzida pelos hormônios folículo-estimulante (FSH) e luteinizante (LH), o que faz com que o endométrio não receba a implantação e assim não haja a ovulação (MOREIRA et al., 2022).

Com relação aos anticoncepcionais não hormonais, o preservativo masculino foi criado em meados de 1901, contudo, o direito de escolha não era das mulheres, pois prevalecia a cultura machista e os homens decidiam acerca do uso do preservativo. Com a aprovação e disponibilização de contraceptivos hormonais, a taxa de fecundidade que era de 6,3 filhos por mulheres em 1960 caiu para 1,7 em 2015 (MOREIRA et al., 2022).

Os métodos contraceptivos têm como objetivo impedir a fecundação, para que não se tenha uma gravidez indesejada. Em alguns casos, além de impedir a gravidez, atuam na proteção contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) que é o caso do preservativo feminino e masculino. A contracepção reversível mais utilizada é a hormonal, que tem como opções: o anticoncepcional oral, intramuscular, implantes subdérmicos, transdérmica, vaginal e o dispositivo intrauterino (DIU). Dentre eles o mais frequente é o contraceptivo administrado via oral, que geralmente é a base de progesterona e em muitos casos atua juntamente com o estrogênio para impedir a ovulação (LUZ, BARROS & BRANCO, 2021).

Os anticoncepcionais orais (ACOs) são os mais utilizados, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006 aproximadamente 10,4 milhões de mulheres utilizaram os anticoncepcionais orais. Estes remédios possuem benefícios, tais como: a contracepção, regulação do ciclo menstrual e da tensão pré menstrual (TPM), suavização do

hirsutismo (excesso de pelos corporais e faciais), melhora a pele e os cabelos, apresenta redução no risco de câncer de endométrio e ovário, redução de cólicas menstruais, como também tratamento de endometriose e síndrome do ovário policístico (SOP) (MOREIRA et al., 2022).

Contudo, apresentam riscos e desvantagens para quem utiliza, como náuseas, vômitos, alterações de humor, cefaleia, pode ocorrer sangramentos irregulares, infarto do miocárdio, trombose, risco de câncer de mama, acidente vascular encefálico, interferência no leite materno, além de não prevenir contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) (MOREIRA et al., 2022).

No que se refere ao uso de anticoncepcionais, é importante lembrar que o acesso a métodos contraceptivos traz em questão fatores como escolaridade, classe social, raça, como também planejamento com seu parceiro. A fecundidade no Brasil teve uma queda nas últimas décadas, e isso se deve ao fato de que muitas mulheres não querem engravidar. Dito isso, foi feito um estudo por Trindade et. al. (2021) no qual foi evidenciado que o número de mulheres que mais tomam anticoncepcionais orais são as mulheres não negras, em contrapartida as mulheres negras de outras regiões como norte e nordeste prevalecem a esterilização.

Por fim, mesmo que tenha se tornado uma opção aliada das mulheres no controle reprodutivo, além dos efeitos colaterais que podem vir a surgir, os anticoncepcionais apresentam falhas em sua eficácia, os orais apresentam 0,1 a 3% de chance de falha, o que possibilita ocorrer a gestação mesmo tomando o remédio para evitá-la. Além do risco de falha natural dos métodos contraceptivos, há o aumento do risco quando há a interação com antibióticos e outras substâncias como álcool aumentando a incidência da gravidez indesejada (SANTOS; CARVALHO & MARINI, 2023).

## **Aborto**

A discussão acerca do aborto reflete uma estrutura patriarcal, que tem como base o controle dos corpos femininos para a perpetuação da autonomia do masculino sob o feminino, principalmente diante desse contexto de maternidade compulsória que resume o papel da mulher na sociedade à reprodução. Com isso, relacionamentos afetivos que fogem da configuração homem e mulher não são vistos com normalidade, pois é colocado em questão a possibilidade de gerar um filho biológico de ambos. Assim, associar a reprodução à sexualidade feminina é uma atitude que reforça ainda mais a ideia de que o sexo para a mulher precisa estar voltado à reprodução (CARLOTO; DAMIÃO; 2018).

Os direitos reprodutivos prezam pela saúde sexual e reprodutiva, pela liberdade, sobrevivência, a não discriminação e respeito as escolhas, segurança, a vida, à informação e educação a fim de possibilitar decisões, a autodeterminação e livre escolha da maternidade e paternidade, a proteção social à maternidade, paternidade e família. Sendo assim, o direito à vida e à saúde deve prevalecer para todos independente de classe social, raça, escolaridade (CARLOTO; DAMIÃO; 2018).

### **Contribuições da Psicologia para o enfrentamento da violência contra mulheres que não querem ser mães**

Os números de aborto têm caído se comparado a antigamente, isso se deve a fatores como o aumento da escolaridade feminina, a distribuição de métodos contraceptivos e a redução da taxa de fecundidade, esta última decorrente do alto número de esterilizações. Mas ainda assim, o aborto é uma questão de saúde pública e a criminalização tem prejudicado muito mais as mulheres pobres (e negras) do que as demais mulheres. As tentativas clandestinas de aborto muitas vezes envolvem a inserção vaginal de produtos químicos e/ou objetos pontiagudos, a ingestão oral de substâncias nocivas ao corpo humano e agressões físicas como quedas provocadas e socos na região do abdômen, estes métodos em sua grande maioria são os principais causadores da mortalidade materna (ZANELLO; PORTO. 2016).

Ao considerar a liberdade reprodutiva, se faz necessário problematizar a criminalização do aborto, pois ela anula o direito de escolha com relação a reprodução, visto que os métodos anticoncepcionais apresentam suas falhas e riscos à saúde da mulher. Assim, o aborto só é permitido em casos de estupro, risco a saúde da mulher/mãe e casos de anencefalia, porém essa legalização embora seja permitida por lei, na prática as mulheres têm dificuldade de conseguir esse direito devido a valores morais dotados de preconceito, estigmas e crenças religiosas por parte da população (ZANELLO; PORTO. 2016).

No processo histórico, as cobranças com relação a função de ser mãe foram impostas de maneira implícita, através de elogios que classificassem algumas mulheres como “boas mães”, inicialmente a preocupação social era com relação a amamentação, depois foi-se aumentando as obrigações, fazendo com que as mulheres abrissem mão das suas atividades, seus projetos de vida e se dedicasse totalmente ao casamento e a maternidade, a tornando um objeto de cuidado, sem decisões ou vontades próprias. Há a propagação em mídias, comerciais e panfletos da figura da mulher-mãe sempre sorrindo, satisfeita, arrumada e sem apresentar nenhum desconforto com relação a maternidade, isso ocasiona em muitas mulheres o

sentimento de culpa e inadequação, por muitas vezes não se sentirem realizadas e representadas pelas mães divulgadas na mídia (ZANELLO; PORTO. 2016).

Essa problemática social adentra na questão do amor materno enquanto condição instintiva imposta e não enquanto uma construção, perpetuando a versão idealizada e romântica do valor social da maternidade. Porém nem toda mulher quer ser mãe, essa escolha se deve a sua subjetividade, seu desejo enquanto figura feminina e geralmente está associada à vontade de ser inserida em outros cenários sociais, pois a maternidade se tornou uma profissão não remunerada exclusivamente feminina e muitas mulheres não querem a sobrecarga de administrar a sua carreira profissional e a profissão materna (ZANELLO; PORTO. 2016).

A Psicologia discute esse assunto com o objetivo de que as mulheres tenham liberdade de escolha, pelo exercício dos direitos humanos que destaca a liberdade reprodutiva, a autonomia e liberdade para decidir meios que viabilizem uma boa vida com dignidade e respeito (ZANELLO; PORTO. 2016).

### **Considerações finais**

Este trabalho pretendeu discutir a violência psicológica de mulheres que não querem ser mães. Para isso, foi realizada uma revisão da literatura, a qual permeou temáticas como patriarcado, machismo, métodos contraceptivos, papéis de gênero, bem como a discussão contemporânea sobre o aborto.

Evidencia-se que essa temática é relevante e desafiadora justamente pelos diversos preconceitos e violências sofridas pelas mulheres em vários âmbitos sociais. A pressão pela maternidade atravessa os séculos através da perpetuação do patriarcado como principal estrutura de manutenção social, permeando a imagem masculina como modelo comportamental cotidiano.

A partir desta percepção, a construção de uma identidade feminina desenvolve-se através de pequenos avanços socioculturais. A mulher enquanto objeto de manutenção econômica e social em seu viés familiar e subserviente, adota uma postura financeira parcialmente independente a partir do momento em que é inserida no mercado de trabalho e em diversos espaços antes conduzidos majoritariamente por homens. Este ajuste comportamental, passa a moldar os papéis de gênero diante do cenário biopsicossocial, ilustrando os diversos avanços femininos ao longo dos anos.

Desta forma, o desejo de maternar parte do ponto de vista conservador em que a completude feminina surge do servir e procriar. As várias demandas impostas à mulher advindas de conceitos religiosos e familiares condicionam essa escolha, reduzindo-a somente ao papel reprodutivo. Dentre as múltiplas violências vivenciadas nessa configuração social, percebe-se uma certa autonomia a partir do acesso a contraceptivos, ao realizar a prevenção da gestação, mesmo que em situação de vulnerabilidade, a mulher inserida neste contexto compreende o peso e o significado do vínculo maternal em um relacionamento violento.

Por fim, percebe-se que as demandas familiares e institucionais induzem o adoecimento psicológico da mulher ao não optar pela maternidade. O direito de escolha é roubado a partir do momento em que se opõe ao molde patriarcal socialmente aceito e é vista como ser não convencional e incompleto. As discussões da Psicologia acerca do aborto e da não maternidade destacam a construção sócio-histórica do papel da mulher enquanto cuidadora e procriadora, que anulam completamente a figura feminina enquanto sujeito ativo com vontades próprias e participativo no que se refere ao mercado de trabalho, mas com as mudanças na dinâmica familiar e os avanços conquistados pela luta feminista, foi-se aumentando o número de mulheres que optam pela não maternidade, e o principal desafio diante dessa escolha é o preconceito social, religioso, moral que impõem a maternidade enquanto papel obrigatório na vida de qualquer figura feminina, exercendo assim a violência psicológica.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Fernanda Espindola. **Aborto e maternidade compulsória: considerações acerca dos direitos reprodutivos das mulheres.** In: III Congresso Nacional Ciências Criminais e Direitos Humanos. 2019.

AMORIM, Francismare Oliveira. **As Novas Configurações Familiares e suas Repercussões no Ambiente Escolar.** Universidade Católica do Salvador | Anais da 22a Semana de Mobilização Científica- SEMOC | 2019.

BALUTA, Maria Cristina. MOREIRA, Dirceia. (2019) A injunção social da maternagem e a violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, e48990

BRASIL, **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://bit.ly/3xHNk6G>

BRASIL. **Lei nº 14.188 de 28 de julho de 2021.** Disponível em: <https://bit.ly/3HBEfRs>

BRITO, Lais Emanuelle Borba de. **Programadas para gerar: a violência simbólica de gênero presente na maternidade compulsória.** Anais V Desfazendo Gênero... Campina Grande: Realize Editora, 2021.

CARLOTO, Cássia Maria; DAMIÃO, Nayara André. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2018, n. 132, pp. 306-325. Disponível em: <[dx.doi.org/10.1590/0101-6628.143](https://doi.org/10.1590/0101-6628.143)>

CÉSAR, Ruane Cristine Bernardes; LOURES, Amanda Freitas; ANDRADE, Bárbara Batista Silveira. **A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher.** **Revista Mosaico** 2019 Jul./Dez.; 10 (2): SUPLEMENTO 68-75.

DORSA, Arlinda Cantero. **O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/cts4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/?format=pdf&lang=pt>

EMÍDIO, Thassia Souza; GIGEK, Thaís. **Elas não querem ser mães: algumas reflexões sobre a escolha pela não maternidade na atualidade.** Trivium: Estudos Interdisciplinares (Ano XI, Ed.2), p. 186-197. 2019.

FARINHA, Ana Júlia Queiroz; COMIN, Fábio Scorsolini. **Relações entre não Maternidade e Sexualidade Feminina: Revisão Integrativa da Literatura Científica.** **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 187-205, Jan.-Jun., 2018.

FÉLIX. L.B.; et.al. O cuidado é dobrado: Maternar no contexto da atenção psicossocial. **Rev. Nufen**, Belém. Set-Dez, 2020.

FERREIRA, AJ., org. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade**: perspectivas contemporâneas [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, 182 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; MAYORGA, Claudia. **Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n. spe 2), 59-73. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712>

IBGE, **Censo Demográfico 2010**.

LISBOA, T. K.; ZUCO, L. P. **Os 15 anos da lei Maria da Penha**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2022.

LUZ, A. L. R. .; BARROS, L. de S. R. .; BRANCO , A. C. da S. C. . Métodos contraceptivos: Principais riscos e efeitos adversos. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e24112, 2021.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate** [online]. v. 43, n. 123, 2019, pp. 1120-1131.

MOREIRA, K. de A.; JESUS, J. H. de; GERON, V. L. M. G.; NUNES, J. da S. . Anticoncepcionais Hormonais: Benefícios E Riscos De Sua Utilização Pela População Feminina. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 45–80, 2022. DOI: 10.31072/rcf.v13i2.1139.

RODRIGUES, V. I. **A trajetória histórica de violência de gênero no Brasil**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UFES, Vitória- ES. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. SAFFIOTI, Heleieth.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SANTOS, Isabela Stehling Fernandes; CARVALHO, Gabriel Aparecido de; MARINI, Danyelle Cristine. Características do uso dos métodos contraceptivos em mulheres na idade fértil. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences** , [S. l.], v. 5, n. 3, p. 44–63, 2023.

SILVA, Aldenice de Lima et al. **A percepção das mulheres vítimas de violência psicológica: uma revisão integrativa**. Conbracis, 2018.

SILVA, Janaína; MELO, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e. Um espelho de duas faces: ser ou não ser mãe?. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre , v. 10, n. 1, p. 85-106, abr. 2020.

SILVA, Paula Coaglio Miranda; ASSUMPÇÃO, Alessandra Almeida. **Relação entre violência psicológica e depressão em mulheres: revisão narrativa**. Pretextos -Revista da

Graduação em Psicologia da PUC Minas v.3, n.6, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18408/13612>

TONEL, Daniéli Peripolli; VENTURINI, Roberta Ribeiro; SILVEIRA, Andressa da; ZANCAN, Sabrina. **Violência Psicológica no Brasil: Análise Temporal e de Gênero na Última Década. *Disciplinarum Scientia***. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 23, n. 2, p. 37-48, 2022.

ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. **Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2016. Conselho Federal de Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia. 178p.